



Estratégia
Carreira Jurídica

2º SIMULADO INÉDITO PARA

PGEPB



Simulado Especial

2º Simulado PGE-PB

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso da PGE-PB;
- 2 – A prova contém **04 questões** que abordam conhecimentos cobrados nos últimos editais dos concursos;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8h30 às 13h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – **Dia 02/12 A partir das 19h, os nossos professores iniciarão a Correção da Prova AO VIVO no canal do Estratégia Concursos no YouTube.** Eles resolverão todos os itens das questões. Aproveite para assisti-la AO VIVO e corrigir os erros, pois o vídeo ficará disponível apenas na área do aluno.
- 8 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados durante a transmissão da correção da prova.

PEÇA PRÁTICA – ADAPTADA CESPE

A Ouvidoria da Procuradoria-Geral do Estado da Paraíba recebeu denúncia anônima de que determinado gestor, mediante recebimento de propina, havia contratado, por inexigibilidade de licitação, uma empresa para a reparação de um edifício público que havia sido danificado em razão de fortes chuvas e estava prestes a ruir.

De posse dessas informações, o setor disciplinar competente empreendeu diligências para a verificação do ocorrido e, ante os indícios de autoria e materialidade da conduta, instaurou procedimento administrativo disciplinar. O servidor acusado, por sua vez, dispensou o acompanhamento do caso por advogado constituído.

A comissão processante, após o cumprimento de todas as fases legais, lavrou o relatório final e encaminhou o feito para a Procuradoria Geral elaborar parecer opinativo de julgamento, a fim de subsidiar a decisão da autoridade competente.

No entanto, logo após a distribuição do feito para o advogado público responsável pelo caso, informou-se que o acusado havia falecido.

Considerando a situação hipotética acima apresentada, redija, na condição de procurador municipal, o parecer solicitado pela comissão processante, fundamentando sua opinião nas exigências legais. Ao elaborar seu parecer, discorra sobre

- 1- a possibilidade de instauração de processo administrativo disciplinar (PAD) em razão de denúncia anônima; [valor: 20,00 pontos]
- 2- a nulidade do PAD ante a falta de defesa técnica por advogado; [valor: 15,00 pontos]
- 3- as formas de contratação direta previstas na Lei n.º 8.666/1993, informando, de forma justificada, se houve irregularidade na modalidade de contratação realizada pelo servidor acusado; [valor: 30,00 pontos]
- 4- os reflexos, para o PAD, do falecimento do acusado antes do julgamento pela autoridade competente, apontando se tal fato impediria a instauração de eventual ação de ressarcimento para reaver valores eventualmente desviados. [valor: 30,00 pontos]

DIREITO CONSTITUCIONAL

Questão 1

Um Governador de Estado propôs uma ADI no STF contra determinada Lei estadual. O Ministro relator da ADI, em decisão monocrática, entendeu que a ação era manifestamente improcedente e indeferiu liminarmente a petição inicial, nos termos do art. 4º da Lei nº 9.868/99. O Governador, então, interpôs agravo regimental, no prazo de 25 dias. Diante dessa situação, o agravo regimental será considerado tempestivo? [10 pontos]

DIREITO CIVIL

Questão 2

De acordo com o artigo 944 do Código Civil de 2002, a indenização mede-se pela extensão do dano. Nesse sentido, responda:

- A) Quais espécies de danos estão abrangidos por esse dispositivo?
- B) O que se entende por danos sociais?
- C) Danos sociais são sinônimos de danos morais coletivos? [10 pontos]

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Questão 3

Em Mandado de Segurança, a indicação errônea da Autoridade Impetrada induz necessariamente à extinção do writ sem resolução do mérito? [10 pontos]

DIREITO TRIBUTÁRIO

Questão 4

Em 2013, Carlos pagou R\$ 1.000,00 a título de IPVA. Posteriormente, ficou reconhecido que ele pagou R\$ 300,00 a mais do que era o devido segundo a legislação tributária. Na época, Carlos estava com problemas de saúde e esqueceu de fazer o pedido de repetição de indébito.

Em 2018, pouco antes de completar cinco anos, Carlos descobre que está devendo R\$ 400,00 à Fazenda, em decorrência de outro imposto estadual. Ele lembra, então, que tem aquele “crédito” de R\$ 300,00 do IPVA de 2013 que pagou a mais, requerendo ao Fisco estadual a compensação do crédito com o débito.

No ano seguinte, o Fisco responde ao contribuinte negando o pedido de compensação.

Com base nessa situação hipotética, responda:

- a) Houve a prescrição da pretensão para o ajuizamento da ação de repetição de indébito tributário?
- b) Se o pedido de Carlos, ao invés de compensação, fosse de restituição, teria havido a prescrição da pretensão para o ajuizamento da ação de repetição de indébito tributário? [10 pontos]

